



ALERTA
Gilson Machado, ex-ministro de Turismo, é preso pela PF após se encontrar com Jair Bolsonaro horas antes de sua detenção em Pernambuco

MACEIÓ, 13/06 A 20/06 DE 2025 - ANO IV - EDIÇÃO 205 - R\$ 3,00
REDEREPORTER.COM.BR

ELEIÇÕES 2026 - Renan Calheiros articula bastidores para manter controle do governo de Alagoas e projeta futuro de Renan Filho



ALAGOAS

Fábio Freitas Tenório: O visionário por trás de um ecossistema de empresas que está revolucionando o Brasil com tecnologia



CICLO VICIOSO

Corrupção marca a história política de Rio Largo desde os anos 1970 até os dias atuais



PREFEITURA DE MACEIÓ

JHC deve anunciar reforma administrativa no fim de junho



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



Coletânea Poética II

O poeta-escritor Macário Loureiro, natural da Terra do Menestrel das Alagoas, trouxe à tona seu terceiro livro intitulado Coletânea II - Poemas e crônicas inéditas - fruto de suas andanças literárias e, por isso, consagrou-se no seu tempo como vate à moda antiga. Adquiriu, portanto, estilo próprio no fazer literário abrangendo poesia e crônica como gêneros da literatura distintos. Foi deveras dotado de sensibilidade poética e, ao mesmo tempo, carregou a têmpera de um cronista contemporâneo que denunciou a insensatez dos algozes do poder.

Por outro lado, exalta a Grécia Antiga que deu a inspiração ao Ocidente em termos de cultura-sabedoria universais: " Helena a bela troiana/ Filha de Leda e de Zeus/ Sua beleza imaculada, Tinha a semelhança de Deus ". Exalta o amor, a beleza da flor, e,

principalmente, as rosas que inspiraram o inolvidável Cartola: " Toda rosa nasce bela/ Toda rosa tem odor/ Toda rosa é mimosa, Toda rosa lembra amor ".

Deixa transparecer sua sensibilidade à criança, e, por conseguinte, eleva sua alma dando-lhe a dimensão Cristiana: " Que criancinha formosa, Junto ao seu jumentinho, Eles são da mesma idade, São como dois irmãozinhos ". Esnoba na sua cultura universal, como admirador do oráculo romano Marco Túlio Cícero: " Foi o maior orador. Foi o maior pensador, Foi o maior escritor, Foi o maior senador ".

Foi, sem sombra de dúvidas, homem público fascinado pela Grécia, berço de poetas-escritores que encantaram e embelezaram com seus sábios ensinamentos: " Sócrates, o paladino da sabedoria. Pela corte grega foi condenado. A beber "cicuta" o letal veneno,

Por corromper a mocidade do Estado".

Dedica, pois seu amor à sua queridas-adorada esposa: " Levo a vida meditar, Sempre a sonhar como você, Como é grande o meu amor, O meu amor por você ".

Aliás, assemelha-se ao " Rei" Roberto Carlos, maior cancionista da música popular brasileira. Influenciou a minha geração cantando músicas encantadoras.

Macário Loureiro foi, por excelência, um vate que se inspirou em sua própria vivência de homem sonhador contemporâneo. Mergulhou no passado à procura de remoer suas lembranças. E o fez com tanta propriedade que perenizou na sua produção literária de duas formas: versos e crônicas que retratam o presente sob a égide da estrela radiosa da nossa querida Alagoas. Parabéns!



ATUANTE SECRETÁRIO

O ex-vereador e atual secretário de Cultura de Campo Alegre, professor Cláudio Costa, vem se destacando pelo trabalho dedicado à valorização das manifestações culturais do município. Reconhecido pela atuação firme à frente da pasta, o Professor Cláudio tem promovido ações que enaltecem a cultura popular local.

NAVIO ABERTO À VISITAÇÃO

O Porto de Maceió receberá neste sábado, 14 de junho, o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) "Vital de Oliveira", da Marinha do Brasil. A embarcação estará aberta à visitação pública das 9h às 17h. A ação faz parte da campanha nacional "Sai da tela e bora pro mar", em comemoração ao Mês da Marinha.

SAQUE FACILITADO DO FGTS

Trabalhadores com registro biométrico cadastrado na Caixa Econômica Federal agora podem sacar valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) diretamente nos terminais de autoatendimento. Com a identificação digital, é possível retirar até R\$ 3 mil sem necessidade de cartão ou senha.

VAGAS DE ESTÁGIO E EMPREGO

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) divulgou mais de 40 oportunidades de estágio, jovem aprendiz e cargos efetivos para Maceió e Arapiraca. As vagas abrangem diferentes níveis de escolaridade e áreas de atuação. Estagiários selecionados podem receber bolsas de R\$ 535,33 a R\$ 1.000, além de auxílio-transporte de até R\$ 146,00.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Projeto "SSP na Escola" Promove Cultura de Paz e Prevenção à Violência em Maceió

Na última quinta-feira, o projeto "SSP na Escola" foi lançado com grande expectativa no Complexo Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa), em Maceió. Esta iniciativa, que visa estreitar a colaboração entre as instituições de ensino e as forças de segurança pública, promete transformar o ambiente escolar por meio da promoção de uma cultura de paz.

O evento inaugural reuniu diversas entidades da Secretaria de Segurança Pública (SSP), incluindo a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica e o Grupamento Aéreo. Representantes de cada órgão apresentaram suas áreas de atuação aos estudantes, promovendo um diálogo direto e

construtivo entre segurança e educação.

Escolas como Moreira e Silva, Princesa Isabel e Afrânio de Oliveira participaram ativamente da programação, que foi projetada para incentivar atitudes pacíficas e prevenir a violência nas unidades escolares. Este esforço conjunto foi articulado pela secretária Sandra Vitorino, simbolizando uma parceria robusta entre a SSP e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

O projeto não para por aí. A próxima fase, prevista para o segundo semestre, promete envolver alunos em atividades práticas como oficinas de primeiros socorros, ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas

(PROERD) e palestras sobre proteção ambiental. Além disso, haverá demonstrações do Grupamento Aéreo, com a possibilidade de sobrevoos para os alunos que mais se destacarem.

Capitão Alex Acioli, chefe de Articulação de Polícia Comunitária, reforçou a visão expansiva do projeto, que deve alcançar outras escolas do estado. "Estamos diante de um modelo piloto que pode se tornar referência. A ideia é levar essa iniciativa além dos limites da capital e consolidar um ambiente escolar seguro e colaborativo em toda a região. O 'SSP na Escola' é um passo significativo rumo a um futuro mais pacífico e comunicativo para nossas comunidades escolares," afirmou o capitão.

ELEIÇÕES 2026

Renan Calheiros articula bastidores para manter controle do governo de Alagoas e projeta futuro de Renan Filho

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) intensificou nos bastidores as articulações para garantir que seu grupo político continue à frente do governo de Alagoas nas eleições de 2026. Segundo interlocutores próximos, o parlamentar avalia que apenas o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB) — seu filho e ex-

governador do estado — reúne as condições políticas e administrativas necessárias para assegurar essa continuidade.

Embora seu nome volte a ser ventilado como possível candidato ao governo alagoano, Renan Filho resiste à ideia de retornar ao cenário estadual. Licenciado do Senado, ele tem ampliado seu espaço em

Brasília, consolidando alianças e participações estratégicas no governo federal. No núcleo político que o cerca, são cogitados voos mais altos, como a presidência do Senado ou até mesmo uma vaga de vice na eventual chapa de reeleição do presidente Lula (PT).

A avaliação entre aliados de Renan Calheiros é direta: manter o

controle do Executivo estadual é fundamental para preservar o poder político do MDB em Alagoas. O comando do governo funciona como base de apoio para articulações regionais e também garante influência sobre temas de interesse nacional, fortalecendo o posicionamento do grupo em Brasília.

ALIADOS

Prefeito Wagney Dantas promove maratona de inaugurações em Batalha e exalta apoio do Governo de Alagoas

O município de Batalha viveu, nesta quinta-feira (12), um dos dias mais intensos da atual gestão. O prefeito Wagney Dantas promoveu uma verdadeira maratona de inaugurações e anúncios de obras, reforçando a parceria com o Governo de Alagoas. Mesmo com a ausência do governador Paulo Dantas, que cumpria agenda oficial em Brasília, as solenidades seguiram com a presença da secretária estadual de Planejamento e Gestão, Paula Dantas, que representou o chefe do Executivo estadual.

“Demos conta do recado. Nós amamos

Paulo Dantas, mas ele pôde seguir sua agenda e, junto com a Paula, conseguimos fazer um dos maiores eventos da história da nossa cidade”, declarou Wagney, destacando o protagonismo da secretária nas articulações com o governo. “O governador abre as portas, mas é a nossa Paula quem percorre gabinetes, secretarias, destravando projetos que estão mudando Batalha”, completou.

Durante o evento, foram entregues unidades habitacionais do projeto Minha Casa do Coração, a nova Escola Antônio Rodrigues de Melo, além de uma viatura zero quilômetro para a Guarda Civil Municipal. Também foram assinadas ordens de serviço para importantes obras, como: construção da Creche Cria no bairro Santa Luzia; implantação

da primeira barragem subterrânea no município; instalação de uma adutora para abastecimento da fábrica Natville; complementação das obras do campus do IFAL; e criação da nova unidade do ‘Central Já’ com serviços públicos à população.

Wagney classificou o dia como “histórico”, pelas conquistas alcançadas em benefício da população batalhense. O evento também contou com a presença dos deputados Luciano Amaral e Carla Dantas, além de lideranças locais.

No segundo mandato, o prefeito reafirmou o compromisso de entregar uma cidade ainda mais estruturada ao fim da gestão. “Fico tranquilo ao ter ao nosso lado o Paulo Dantas e a Paula Dantas, porque sei que nosso futuro está garantido”, finalizou.

ALAGOAS



Fábio é o nome por trás de um dos ecossistemas empresariais mais ousados e inovadores do Brasil. À frente do grupo FIC Capital S.A., o empresário atua como CEO e articulador de um conjunto de empresas que estão transformando setores estratégicos com o uso intensivo de tecnologia, inteligência artificial e visão de futuro.

Na linha de frente das suas iniciativas está a LEGALCERT, a primeira e única legaltech brasileira especializada em investimentos, controle de perdas e Incentivos Econômicos Tributários. Uma plataforma que alia tecnologia à segurança jurídica para transformar a saúde financeira de empresas por meio de soluções práticas e altamente eficazes.

Outro pilar do grupo é o METALBANK, uma fintech criada para levantar fundos destinados a indústrias de base, viabilizar a abertura de mercado internacional e oferecer cartões de benefícios corporativos com controle financeiro avançado. A proposta é clara: unir controladoria, proteção patrimonial e inovação em um único hub financeiro.

Já no setor da construção civil e automação, Fábio lidera a LIV, uma constructech especializada em projetos de engenharia civil e mecatrônica de alto padrão, com foco em Concept Homes, Smart Stores e clubes de experiência que unem design, sustentabilidade e alta performance tecnológica.

No campo, a revolução também acontece: a RWB – Rural Wireless

Brazil Infrastructure Telecom conecta o agronegócio à era digital com soluções de smart farming. Com infraestrutura licenciada pela ANATEL, a empresa instala torres de telecomunicações em zonas rurais, criando uma malha de dados robusta baseada em IoT (Internet das Coisas), ideal para ampliar a produtividade e o monitoramento no campo.

Na área da educação jurídica e econômica, Fábio ainda comanda a LEGAL EXPERT, uma plataforma de certificações que sistematiza o domínio técnico das regulamentações, preparando profissionais com conhecimento prático sobre normas e aplicações legais específicas.

Além dessas, outras empresas integram o grupo e continuam em

expansão, todas com base em tecnologia, propósito social e impacto econômico real. Sob a liderança de Fábio e seus sócios, o grupo FIC Capital não apenas cresce, mas cria novas oportunidades, conecta mercados e rompe fronteiras.

Para Fábio, "o céu é o limite". Sua fé no projeto e a determinação em construir algo que transcenda o convencional tornam seu trabalho uma verdadeira missão: transformar vidas, multiplicar negócios e acelerar o futuro de milhares de empreendedores no Brasil e fora dele.

É FAKE

Vídeo forja vaias a Lula em Maceió com áudio manipulado



Uma sequência de publicações nas redes sociais voltou a circular nesta quinta-feira (12) com um vídeo adulterado para sugerir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi recebido em Maceió sob o coro de "Lula, ladrão, seu lugar é na prisão". A verificação feita pelo Aos Fatos mostra que o áudio original

pertence a protestos antigos e foi sobreposto a imagens de uma solenidade realizada em 10 de maio de 2024, quando as vaias se voltaram, na verdade, ao então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

No evento, que marcou a entrega de apartamentos de um conjunto habitacional na capital alagoana, Lira foi hostilizado assim que pegou o microfone. Lula, presente na cerimônia, levantou-se e permaneceu ao lado do parlamentar para tentar conter os ânimos. Não houve manifestações contrárias ao presidente.

A montagem enganosa ganhou tração em

plataformas como Instagram e Kwai, acumulando centenas de curtidas e visualizações até a tarde desta quinta-feira. Segundo o Aos Fatos, o material foi encaminhado por leitores à robô checadora Fátima, que confirmou a adulteração.

O conteúdo se soma a uma série de peças de desinformação que, desde 2023, atribuem vaias inexistentes a Lula em agendas oficiais dentro e fora do país. Nesta semana, o site de verificação já havia desmentido publicações semelhantes que alegavam hostilidade ao petista durante compromisso na França.

PREFEITURA DE MACEIÓ

JHC deve anunciar reforma administrativa no fim de junho

O prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), deve anunciar até o fim de junho sua aguardada reforma administrativa, usando o prazo final da lei delegada, que expira em 3 de julho. A medida permite que o chefe do Executivo altere a estrutura da gestão municipal sem necessidade de aprovação da Câmara de Vereadores.

A reforma estava prevista desde o início do ano, mas foi adiada. O prazo inicial da lei delegada venceu em 3 de abril e foi prorrogado por mais 90 dias, permitindo ao prefeito concluir as mudanças de última hora.

Segundo fontes próximas ao gestor, as alterações serão pontuais, com a possível criação de uma ou

duas novas secretarias, além de fusão e mudança de nomenclatura de algumas pastas já existentes. A estrutura funcional da prefeitura não deve sofrer grandes transformações, mas o objetivo principal é reorganizar o espaço político da gestão.

JHC pretende manter sua base de apoio, incluindo vereadores, deputados

estaduais e federais aliados. As mudanças visam ajustar o tamanho do espaço ocupado por cada grupo, sem grandes rupturas. "O prefeito está avaliando estas mudanças e elas serão feitas para assegurar um melhor desempenho da máquina administrativa", afirmou um interlocutor influente do governo.

OPOSIÇÃO

Rui Palmeira denuncia desperdício de dinheiro público pela Prefeitura de Maceió

O vereador Rui Palmeira (PSD) denunciou, nesta terça-feira (3), gastos exorbitantes e o desperdício de dinheiro público por parte da Prefeitura de Maceió. A gestão tem promovido aumentos significativos nas despesas municipais, comprometendo recursos essenciais para outras áreas prioritárias da cidade.

Rui descreveu, em seu discurso na tribuna, exemplos alarmantes,

como a concessão de R\$ 400 mil para a realização de uma festa junina privada da OAB/AL, um evento que não justifica tamanha destinação de recursos públicos.

Além disso, a prefeitura também utilizou recursos para criar 14 novas secretarias municipais, mais 1.200 cargos comissionados e realizar o estranho pagamento de gratificações para servidores comissionados, mesmo contra o parecer da própria Procuradoria Municipal.

Outro gasto questionado pelo vereador foi o subsídio milionário para as empresas responsáveis pelo transporte público da cidade. Em apenas cinco meses, o município desembolsou R\$ 57

milhões para essas empresas, um valor que, somado a outros gastos, pressiona ainda mais as finanças municipais sem apresentar melhorias efetivas para a população.

Para o vereador, essas ações demonstram um claro aumento na estrutura administrativa e representam um impacto significativo no orçamento público. "Temos muitas outras prioridades para a cidade de Maceió e o dinheiro público está sendo desperdiçado com coisas que não servem efetivamente à sociedade. Só nesse pacote que eu citei são R\$ 200 milhões por ano em novos gastos criados pela atual gestão, que não terão respaldo a partir de 2027, quando acabar o dinheiro da Braskem e da BRK", afirmou Rui Palmeira.

CICLO VICIOSO

Corrupção marca a história política de Rio Largo desde os anos 1970 até os dias atuais



A história política de Rio Largo, na Região Metropolitana de Maceió, é marcada por uma sucessão de escândalos de corrupção e episódios que envolveram diretamente os poderes Executivo e Judiciário. Desde os anos 1970, o município acumula um histórico de prefeitos cassados, gestores presos e decisões judiciais controversas — como a que levou à primeira aposentadoria compulsória de um juiz por desvio de conduta em Alagoas, no caso do ex-magistrado Gilvan Veloso.

O ponto de partida foi a gestão de Mário Francisco da Silva, o *Mário Vaca*, primeiro prefeito cassado por corrupção em Alagoas. Ele inaugurou o que se tornou um ciclo vicioso de prefeitos afastados e presos por desvio de recursos públicos. Já na década de 1980, o município viveu um breve respiro de estabilidade sob o comando de Antônio Lins, o Tonhão, mas o período de seriedade foi abalado

anos depois com a eleição de seu filho, Toninho Lins, que também mergulhou em escândalos durante os anos 2010.

A mais recente face desse ciclo se manifesta na figura de Gilberto Gonçalves, ex-prefeito de Rio Largo e ex-deputado estadual. Gonçalves esteve envolvido em uma série de processos por improbidade administrativa e chegou a ser preso por corrupção relacionada a contratos da prefeitura.

Antes mesmo de ingressar na política, GG já era personagem central de um dos casos mais emblemáticos do Judiciário alagoano: uma execução fiscal movida pela Fazenda Pública do Estado de Alagoas contra a empresa Eraldo Cavalcante & Cia. Ltda., da qual era sócio informal. O processo (nº 0016490-30.2004.8.02.0001) arrasta há mais de duas décadas e envolve alegações de fraude tributária e manobras judiciais para transformar uma dívida milionária em

suposto crédito contra o Estado.

Na origem do caso, nos anos 1990, Gonçalves assumiu a operação da distribuidora da cervejaria Antártica em nome da empresa Eraldo Cavalcante & Cia. Ao invés de quitar os tributos devidos, recorreu à Justiça com a alegação de que havia pago ICMS a mais do que o devido e conseguiu uma liminar favorável do juiz Gilvan Veloso, durante o recesso do Judiciário — o que impediu a Fazenda Estadual de apresentar defesa a tempo.

A liminar determinou o bloqueio de R\$ 3 milhões das contas do Estado, mas apenas R\$ 300 mil estavam disponíveis e foram imediatamente sacados por Gilberto Gonçalves. O episódio gerou reação do então governador Ronaldo Lessa, que levou o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Corregedoria de Justiça de Alagoas. A apuração resultou na aposentadoria compulsória do juiz Gilvan

Veloso, a primeira registrada por corrupção no estado.

Mesmo após o escândalo, Gonçalves prosseguiu na vida pública, e a ação judicial segue ativa na 2ª Vara Cível de Rio Largo, com novos mandados expedidos em maio de 2025. A disputa judicial ainda envolveu um conflito de competência entre a Justiça de Rio Largo e a de Recife, solucionado em 2007 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu a competência da comarca alagoana, onde o processo tramita desde então.

O caso também atingiu os herdeiros do fundador da empresa, Eraldo Cavalcante, que tentaram se eximir da dívida fiscal, mas tiveram seus nomes mantidos no polo passivo por decisão judicial. Em 2010, o juiz Manoel Cavalcante de Lima Neto condenou os herdeiros ao pagamento de custas e honorários.

BOLA DA VEZ

"Prefeito Carlos" ganha destaque político e passa a ser cortejado por aliados e adversários

Chamado agora apenas de "Prefeito Carlos", o atual chefe do Executivo Municipal de Rio Largo vem se consolidando como uma figura política independente — e cada vez mais cortejada por diversos grupos locais. O assédio ficou evidente durante a reunião da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), realizada na última segunda-feira (9), onde

foi cumprimentado com entusiasmo por outros prefeitos, todos interessados em conquistar a simpatia do agora cauteloso gestor.

Carlos tem circulado com segurança reforçada, reflexo do rompimento ruidoso com o ex-prefeito Gilberto Gonçalves, de quem herdou o capital eleitoral. O distanciamento não passou despercebido e, desde então, o

prefeito tem buscado consolidar sua própria identidade política.

Em entrevista recente, Carlos afirmou que continua apoiando Gabi Gonçalves para deputada estadual e Arthur Lira como candidato ao Senado. No entanto, há ainda uma lacuna importante em sua lista de alianças: a vaga de deputado federal segue em aberto — e

promete ser disputada por diversos nomes nos bastidores.

Com prestígio crescente e sem padrinhos declarados, o "Prefeito Carlos" passa a ser visto como um político "sem dono", cujas escolhas poderão influenciar os rumos das eleições de 2026 em Alagoas.

PODCAST

Glauber Braga acusa Arthur Lira de articular tentativa de cassação em entrevista

O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) foi o entrevistado do episódio mais recente do **CM Cast**, divulgado nesta quinta-feira (12). Em conversa com os jornalistas Ricardo Mota e Carlos Melo, o parlamentar voltou a acusar o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de ser o principal articulador do processo de cassação que enfrenta por suposta quebra de decoro.

A entrevista foi gravada durante a passagem de Glauber por Maceió, no último dia 9, como parte da caravana "Glauber Fica!",

que percorre os estados brasileiros para denunciar o que o deputado chama de perseguição política. "Esse processo só ganhou tração por conta dele, ainda quando era presidente da Câmara. Se você conversar hoje com qualquer deputado — de esquerda, centro ou direita — e perguntar por que estou sendo processado, todos vão citar o nome do Arthur", afirmou.

Glauber também lembrou o início do confronto com Lira, motivado pelas denúncias que fez contra o orçamento secreto. Segundo ele, o ponto de ruptura foi uma reunião convocada por Lira em 2022, na qual se tentou aprovar projetos que facilitariam a privatização da Petrobras. "Era uma entrega do controle acionário da empresa com maioria simples, sem debate público", criticou.

Outro ponto forte da entrevista foi o relato da greve de fome que o parlamentar fez como

protesto contra a recomendação de cassação aprovada pelo Conselho de Ética da Câmara. O ato durou nove dias. "No dia da votação, depois de meia hora de sessão, percebi que era necessário", contou, ressaltando que a decisão foi solitária, motivada pela falta de alternativas institucionais.

O deputado relatou ainda que recebeu apoio de parlamentares de diferentes espectros ideológicos. "Mesmo sendo de oposição, recebi manifestações de solidariedade de deputados da direita. Isso mostra que estamos vivendo algo que ultrapassa fronteiras partidárias. É sobre justiça e democracia", declarou.

Por fim, Glauber destacou os objetivos da caravana que lidera, enfatizando a construção de comitês regionais e o diálogo com a sociedade civil. "Não vou me limitar às decisões institucionais. Estou dialogando com o povo", afirmou.

DINHEIRO

Projeto que amplia isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil avança na Câmara sob relatoria de Arthur Lira

A Câmara dos Deputados deve votar na próxima semana o requerimento de urgência para o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil. O avanço da proposta foi anunciado após reunião de líderes partidários nesta quinta-feira (12).

Relator do projeto, o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), assumiu a condução da matéria, que tramita em comissão especial desde o fim de maio. No

último dia 28, Lira se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir os detalhes da proposta, especialmente os mecanismos de compensação fiscal para estados e municípios.

“Não haverá apoio mínimo no plenário da Câmara, e muito menos no Senado, se houver a perspectiva de que estados e municípios perderão recursos com a ampliação da isenção do IR”, afirmou Lira à imprensa após o encontro com o ministro.

A proposta foi enviada pelo governo federal no início de 2025 e, caso aprovada, deve entrar em vigor em 2026. A nova faixa de isenção beneficiaria diretamente cerca de 10 milhões de brasileiros com renda de até R\$ 7 mil, incluindo os que, embora ganhem acima de R\$ 5 mil, teriam redução da carga tributária em função da reestruturação das faixas.

Hoje, estão isentos do IR os contribuintes que recebem até R\$ 2.259,20, mas um desconto automático de R\$ 564,80 permite que, na prática, quem ganha até R\$

2.824 não pague imposto. Acima desse valor, a alíquota varia entre 7,5% e 27,5%, conforme o rendimento.

A equipe econômica e a Câmara trabalham agora na definição de uma base de cálculo realista que viabilize a proposta sem comprometer a arrecadação dos entes federados. A medida é considerada uma das principais promessas do governo Lula na área fiscal e enfrenta resistência de gestores estaduais e municipais preocupados com os repasses do Fundo de Participação.

BRASÍLIA

Hugo Motta repete Lira e cobra Gleisi por liberação de emendas

A pressão por liberação de emendas parlamentares se intensificou na Câmara dos Deputados e resgatou a marca registrada de Arthur Lira (PP-AL): cobrança direta e incisiva ao Palácio do Planalto. Nesta quinta-feira (12), o atual presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), adotou postura semelhante à do antecessor ao cobrar o governo federal pela retenção de recursos impositivos.

Pressionado, o governo teria sinalizado a liberação de R\$ 250 milhões em emendas

impositivas até esta sexta-feira (13) — valor considerado insuficiente para conter o desgaste. A crise, somada ao impacto das novas propostas da Fazenda e à recente decisão do ministro Flávio Dino (STF), que cobra explicações sobre o que chamou de “novo Orçamento Secreto”, ampliou o clima de desconfiança no Congresso.

O próprio líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), admitiu que o impasse em torno das emendas afeta a articulação com as bancadas. “Evidentemente atrapalha, mas não é a causa principal dessa mudança de comportamento da Câmara”, afirmou, tentando minimizar os efeitos da crise.

Diante do risco de paralisia legislativa, Gleisi Hoffmann garantiu a Hugo Motta que o governo responderá ao STF sobre a execução das emendas e que trabalha para liberar os

valores ainda nos próximos dias.

Segundo relatos de bastidores, Motta “arthurou” com Gleisi Hoffmann, ministra das Relações Institucionais, expressão usada por um dos líderes partidários para descrever o tom duro das cobranças — similar àquele que Lira usava nos tempos de maior tensão com o Executivo.

A movimentação ocorreu antes mesmo de um almoço oferecido pelo líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), que reuniu lideranças e o presidente da Casa após a reunião do colégio de líderes. O encontro serviu para reforçar a insatisfação com o represamento das emendas obrigatórias, que deveria irrigar redutos eleitorais dos parlamentares. A leitura unânime é que a demora no repasse contamina a relação com o governo e reduz a disposição para votar a pauta econômica de Fernando Haddad.

BRASIL

Gilson Machado, ex-ministro de Turismo, é preso pela PF após se encontrar com Jair Bolsonaro horas antes de sua detenção em Pernambuco.



Gilson Machado, ex-ministro do Turismo durante o governo de Jair Bolsonaro, foi preso pela Polícia Federal na manhã de sexta-feira (13/6), em Recife, Pernambuco. A detenção ocorre apenas algumas horas após o político ter participado de compromissos oficiais ao lado do ex-presidente, numa agenda que aconteceu em Natal, no Rio Grande do Norte, na quinta-feira (12/6).

A presença de Machado ao lado de Bolsonaro suscitou a atenção da mídia, dada a proximidade entre os dois logo antes da prisão. Após as atividades em Natal, onde eles se reuniram, Machado decidiu

retornar de carro para Recife, onde acabaria sendo alvo de uma operação da PF. A situação se torna ainda mais intrigante, considerando que agentes da Polícia Federal estavam monitorando os passos de Machado nos dias que antecederam sua detenção. Fontes próximas à investigação indicam que, caso ele tivesse permanecido em Natal, poderia ter sido preso na própria capital potiguar.

A investigação que culminou na prisão de Gilson Machado está relacionada ao fornecimento de um passaporte português ao tenente-coronel Mauro Cid, figura central no que ficou conhecido como

"inquérito do golpe". Cid é um dos réus e, segundo as apurações, utilizaria o documento como forma de deixar o Brasil e evitar o julgamento. Os indícios apontam que Machado teria colaborado com o Consulado de Portugal em Recife, ação que gerou a abertura de um inquérito pela Procuradoria-Geral da República.

A prisão de Gilson Machado vem a público em um contexto de crescente vigilância das autoridades sobre figuras que desempenharam papéis significativos no governo anterior. O ex-ministro é um dos muitos que se encontram sob escrutínio

enquanto as investigações sobre ações irregulares e tentativas de obstruir a Justiça se intensificam. A Polícia Federal segue conduzindo as investigações para esclarecer os detalhes da relação entre os investigados e o impacto que essas ações podem ter na política e justiça brasileira. A sequência de eventos, que leva à prisão de uma personalidade pública e uma figura próxima ao ex-presidente, certamente promete desdobramentos significativos no cenário político nacional.

ALAGOAS

Procuradoria de Alagoas Inova com Lançamento de IA na Advocacia Pública em Parceria com UFAL



Em um movimento vanguardista, a Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas apresentou a Dandara, uma nova ferramenta de inteligência artificial, em colaboração com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal). O lançamento, realizado nesta quinta-feira, marca um avanço significativo no uso de tecnologia pela advocacia pública no Brasil, colocando Alagoas na linha de frente em inovação no setor.

Dandara, baseada em técnicas avançadas de IA

generativa, promete otimizar a atuação dos procuradores ao permitir interações intuitivas por meio de 'prompts'. A plataforma centraliza e integra dados essenciais para a cobrança de créditos públicos, melhorando a eficácia nas execuções fiscais e, consequentemente, na recuperação de receitas para o Estado.

Em sua fase inicial, o foco é elevar os índices de recuperação de créditos, contribuindo para a elaboração de políticas que tragam benefícios diretos à população local. Segundo a procuradora-geral Samya Suaruaqy, o sistema reafirma o compromisso da PGE/AL com a modernização e eficiência administrativa, consolidando sua reputação como uma instituição exemplar em tecnologia.

Luis Vale, procurador e coordenador do projeto, explicou que a direção de Dandara segue as diretrizes da Lei nº 90.95 de Alagoas, que

normatiza o uso responsável de IA no serviço público. "Estamos à frente dos demais estados, impulsionando o desenvolvimento de Alagoas", afirmou.

A coordenadora da Procuradoria da Fazenda Estadual, Emanuelle Pacheco, realçou a importância de Dandara como um marco na gestão pública local, citando seu potencial para aumentar a arrecadação e viabilizar investimentos em políticas públicas.

Desenvolvida com apoio do Governo do Estado e Ufal, Dandara homenageia Dandara dos Palmares, um ícone de resistência negra no Brasil, fortalecendo a conexão cultural e histórica com Alagoas. A participação ativa dos procuradores da fazenda na definição dos processos de trabalho tornou possível essa inovação que promete transformar a administração pública estadual.

ALERTA

Quando a mentira machuca: os perigos reais das falsas denúncias de violência doméstica

Criada para proteger mulheres em situação de vulnerabilidade, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) é um dos marcos mais importantes do combate à violência doméstica no Brasil. Mas, quando usada de forma indevida, transforma-se em uma ferramenta perigosa nas mãos de quem age com má-fé. Falsas denúncias de agressão têm crescido silenciosamente e, embora não representem a maioria dos casos, os impactos para os acusados injustamente — e para a própria lei — são devastadores.

Em audiência no Senado Federal em dezembro de 2024, parlamentares, juristas e representantes da sociedade civil discutiram o aumento de casos em que homens alegam ter sido vítimas de acusações infundadas, especialmente em processos de separação ou disputa por guarda de filhos. A senadora Damares Alves foi uma das vozes a defender mecanismos mais eficientes de apuração: “Não se pode aceitar que a lei, tão necessária para salvar vidas femininas, seja desvirtuada para promover vingança pessoal”.

Consequências para quem mente

No Brasil, fazer uma denúncia falsa é crime. O artigo 339 do Código Penal trata da denúncia caluniosa, com pena de reclusão de 2 a 8 anos para quem “acusa alguém falsamente de crime sabendo que ele é inocente”. Quando comprovada, a acusadora também pode responder por calúnia, difamação e ser obrigada a indenizar civilmente o acusado por danos morais, materiais e até familiares.

Além disso, conforme destaca o advogado criminalista Dr. Paulo Iasz de Moraes (OAB/DF), a denúncia caluniosa com base na Lei Maria da Penha tem sido tratada com maior rigor pelo Ministério Público em alguns estados. “O uso indevido dessa legislação prejudica diretamente a mulher vítima real de violência, porque o sistema começa a ficar sobrecarregado e descrente”.

Como as falsas acusações enfraquecem a Lei Maria da Penha
Especialistas apontam três efeitos diretos:

1. Perda de credibilidade social: a população passa a desconfiar da veracidade dos relatos, o que pode gerar resistência em acolher mulheres em risco real.

2. Judiciário sobrecarregado: o sistema passa a gastar tempo e recursos apurando mentiras, em vez de proteger vítimas autênticas.

3. Risco às próprias mulheres: quanto mais se banaliza o uso da lei, mais difícil se torna garantir respostas rápidas a quem realmente precisa de amparo.

A advogada e professora de direito penal Dra. Cristiane Dupret (RJ) destaca: “A impunidade nesses casos também é um incentivo para a prática. Precisamos não apenas punir, mas educar sobre os limites legais e éticos da denúncia”.

O que fazer se for acusado injustamente
É fundamental manter a calma e agir com estratégia. Especialistas orientam os seguintes passos:

· Contrate imediatamente um advogado criminalista, que saiba lidar com processos ligados à violência doméstica.

· Cumpra rigorosamente todas as medidas protetivas, mesmo que injustas, para não gerar mais complicações.

· Reúna provas da inocência, como mensagens, vídeos, localização, testemunhas e quaisquer registros que possam contradizer a denúncia.

· Solicite perícias e análises técnicas, principalmente se houver acusação de agressão física.

· Processe a denunciante, após comprovada a falsidade da acusação, nas esferas criminal (denúncia caluniosa) e cível (indenização por danos).

Caminho para uma lei mais forte

A falsa denúncia é uma exceção, mas precisa ser combatida com a mesma firmeza com que se combate a violência. O fortalecimento da Lei Maria da Penha passa também pela sua defesa contra abusos. A prevenção, segundo os especialistas, está na educação jurídica básica, na mediação familiar qualificada e no reforço da investigação técnica de cada denúncia.

A Lei Maria da Penha é um avanço civilizatório e precisa ser protegida — inclusive daqueles que a usam de forma irresponsável.

Falsas acusações são uma ameaça real à justiça e ao equilíbrio entre proteção e legalidade. Ao dar visibilidade a esses casos, esta série busca contribuir para uma aplicação mais justa e eficaz da lei.

SEGURANÇA

Polícia Militar de Alagoas Implementa Protocolo Rigoroso Contra Assédio e Discriminação na Corporação



No dia 30 de maio, a Polícia Militar de Alagoas (PMAL) lançou um novo protocolo para combater o assédio e a discriminação dentro da corporação. Este conjunto normativo visa prevenir e dar assistência a casos de assédio moral, sexual e discriminação de gênero, raça e orientação sexual. A iniciativa também busca educar e capacitar os membros da corporação, promovendo a conscientização e combatendo os efeitos nocivos desses problemas.

A tenente-coronel Larissa Omena, do Centro Integrado de Assistência (CIA), destacou que o protocolo será implementado com

a colaboração da Corregedoria, em uma abordagem multidisciplinar. Sua meta é criar uma força-tarefa que atue em frentes preventivas e de enfrentamento, buscando eliminar a discriminação e os assédios dentro das fileiras da PMAL.

As diretrizes do protocolo incluem a orientação regular dos policiais, capacitação de gestores e ouvidores para manejo de casos, e a atuação do CIA como canal institucional de acolhimento e denúncia. Adesivos com QR Codes, da campanha "Diga não ao assédio", foram fixados em viaturas e alojamentos,

facilitando o acesso ao atendimento.

Recentemente, membros do CIA visitaram a 5ª Companhia Independente para informar a tropa sobre o novo protocolo. As visitas também incluíram atividades de relaxamento e manejo de estresse, utilizando técnicas de respiração e meditação. Durante essas ações, os militares são incentivados a discutir abertamente sobre as dificuldades no ambiente de trabalho, ajudando a desenhar estratégias eficazes de combate.

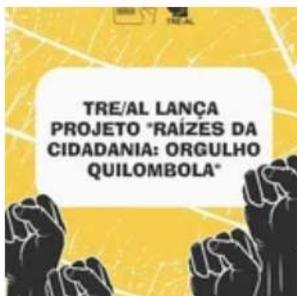
O fluxo de atendimento prevê que o Centro de Assistência Social realize o acolhimento

inicial, oferecendo apoio psicossocial e garantindo a confidencialidade do processo. Caso o denunciante deseje prosseguir, a queixa é formalizada na Corregedoria, que, em conjunto com o CIA, pode exigir mudanças nas condições de trabalho para proteger as partes envolvidas.

A iniciativa reforça o compromisso da PMAL com a criação de um ambiente seguro e respeitoso para todos os seus membros, evidenciando a importância de dados estatísticos para futuras ações de prevenção e enfrentamento.

CIDADANIA

Paulo Dantas entrega a 66ª creche Cria em Alagoas, a primeira do município de Roteiro



O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) está prestes a lançar uma iniciativa inovadora, que busca ampliar o acesso de comunidades quilombolas aos serviços da Justiça Eleitoral. Com o nome "Raízes da Cidadania: Orgulho Quilombola", o projeto será inaugurado no próximo dia 17 na comunidade quilombola Palmeira dos Negros, localizada em Igreja Nova, onde vivem cerca de duzentas famílias.

A proposta não se limita apenas ao fornecimento de serviços eleitorais básicos, como a emissão de títulos de eleitor, transferências de domicílio e cadastramento biométrico. O projeto também incentiva a autodeclaração quilombola dentro do cadastro eleitoral, promovendo a valorização desse grupo na dinâmica democrática do país. O presidente do TRE/AL, desembargador Klever Rêgo Loureiro, ressalta a importância do reconhecimento dessas comunidades como parte ativa e influente no cenário político.

Além dos serviços eleitorais, o projeto propõe rodas de conversa com jovens, líderes comunitários e mulheres, abordando temas como cidadania, racismo e participação feminina na política. Complementando as ações, serão distribuídas cartilhas educativas e realizadas campanhas contra discriminação. A criação de Ouidoria da Igualdade Racial e

um curso de letramento antidiscriminatório para os servidores também estão previstos.

Dados mais recentes mostram que apenas 0,51% do eleitorado alagoano se autodeclara quilombola e menos de 8,5% se identifica como preto ou preta. As eleições de 2024 registraram apenas 31 candidaturas de quilombolas e 7,49% de autodeclaração preta. Diante desse cenário, o projeto visa estimular maior participação política e visibilidade para esses grupos.

A iniciativa também está alinhada ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial, do Conselho Nacional de Justiça, reforçando a importância de diversidade nas candidaturas e no cadastro eleitoral. A expectativa é que tal empreendimento não apenas fomente a inclusão, mas impulse uma transformação social profunda e duradoura.

REDE REPÓRTER

TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS
SOBRE POLÍTICA,
SAÚDE, FUTEBOL,
VARIEDADES.**



DÁ UM CLICK!



www.redereporter.com.br